

## POLÍTICAS LINGUÍSTICAS ENTRE LÍNGUAS E MUNDOS: TERRITÓRIOS, SABERES E DISPUTAS

Vanessa Fabíola Silva de Faria<sup>1</sup>

José Antonio Vieira<sup>2</sup>

Mariana Aparecida de Oliveira Ribeiro<sup>3</sup>

Maria de Las Nieves Montiel Domingues<sup>4</sup>

A Revista de Letras Norte@mentos apresenta o dossiê “Entre línguas e mundos: políticas linguísticas, diversidade e saberes orais no Brasil e além”, que reúne artigos e uma resenha dedicados à reflexão sobre as políticas linguísticas em contextos marcados pela pluralidade de línguas, de saberes e de territórios. A partir de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, os textos abordam disputas em torno do reconhecimento das línguas e de seus falantes, problematizando as relações entre linguagem, educação, produção de conhecimento e poder em realidades situadas no Brasil e em outros contextos internacionais.

A organização deste dossiê dialoga com as discussões promovidas no I Seminário Internacional de Políticas Linguísticas (I SISDEPOL), realizado em julho de 2025, na Universidade Estadual do Maranhão – Campus Pedreiras, sem se restringir, contudo, à sistematização dos trabalhos apresentados no evento. A edição reúne

---

<sup>1</sup> Bacharel e Licenciada em Letras (Português/ Alemão) pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora de Língua Portuguesa na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), do Programa de Pós Graduação em Letras da UNEMAT/ Sinop e do Mestrado Profissional em Letras da UNEMAT/ Sinop. E-mail: [vanessafabiola@unemat.br](mailto:vanessafabiola@unemat.br). ORCID <https://orcid.org/0000-0002-5930-2674>.

<sup>2</sup> Graduado em Letras (Português/ Inglês) pela Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT, mestre e doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Professor Adjunto II, Campus Pedreiras, da Universidade Estadual do Maranhão/UEMA. Professor permanente do Programa de Mestrado da Universidade Federal do Maranhão/UFMA. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-9065-925X>

<sup>3</sup> Professora Adjunta do curso de Letras e do Mestrado Acadêmico em Letras da Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências de Bacabal. Formada em Letras, Português/Latim pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Pós-doutora, doutora e mestre em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), na linha de pesquisa: Linguagem e Educação. Professora colaboradora do Mestrado Profissional em Letras da Universidade Federal do Sul e Sudoeste do Pará (UNIFESSPA) - campus de Marabá. E-mail: [maribeiro58@gmail.com](mailto:maribeiro58@gmail.com). ORCID <https://orcid.org/0000-0003-4041-2117>

<sup>4</sup> Doctorado en Educación pela Universidad Iberoamericana, Paraguai - Docente do Instituto Nacional de Educación Superior Dr. Raúl Peña, Paraguai. E-mail: [nievesm@inaesvirtual.edu.py](mailto:nievesm@inaesvirtual.edu.py). ORCID <https://orcid.org/0000-0003-1809-0238>

contribuições inéditas e pesquisas desenvolvidas em diferentes instituições e territórios, o que amplia o alcance das questões debatidas no seminário e reafirma o campo das políticas linguísticas como espaço de reflexão crítica sobre línguas, mundos e os conflitos que atravessam sua convivência.

Na sequência do enquadramento apresentado, torna-se necessário explicitar a compreensão de políticas linguísticas que orienta o dossiê. As políticas linguísticas não são compreendidas apenas como ações normativas formuladas pelo Estado ou como dispositivos legais voltados à regulação do uso das línguas; elas são concebidas, neste texto, como fenômenos mais amplos que se materializam nas práticas sociais, nas instituições educacionais, nos discursos sobre a língua e nas disputas simbólicas em torno do reconhecimento de sujeitos, variedades linguísticas e modos de dizer.

Essa perspectiva encontra respaldo na abordagem proposta por Spolsky (2004), para quem a política linguística não se restringe à gestão formal da língua, mas envolve um conjunto mais complexo de dimensões. Nas palavras do autor,

A política linguística vai além disso, uma vez que envolve não apenas padrões regulares de escolha, mas também crenças sobre essas escolhas, valores atribuídos às variedades e às variantes linguísticas e, sobretudo, os esforços de determinados atores para alterar as escolhas e as crenças de outros.<sup>5</sup> (SPOLSKY, 2004).

Nessa formulação, o autor desloca o foco das políticas linguísticas para a interação entre práticas linguísticas, crenças e ideologias sobre a língua, bem como para as tentativas de gestão, evidenciando que as escolhas linguísticas se produzem em espaços de negociação e conflito, nos quais diferentes agentes sociais atuam de forma assimétrica.

Essa concepção permite compreender por que muitas políticas linguísticas efetivas não se encontram nos textos legais ou nos documentos oficiais, mas no cotidiano das instituições, especialmente nos contextos educacionais. Como afirma o próprio autor,

---

<sup>5</sup> Tradução livre do original em inglês: Language policy does in fact go further than this, for it includes not just the regular patterns of choice, but also beliefs about choices and the values of varieties and of variants, and also, most saliently, the efforts made by some to change the choices and beliefs of others. (SPOLSKY, 2004, p.2152)

A política linguística diz respeito à escolha. Pode tratar-se da escolha de um som ou de uma expressão específica, ou ainda de uma variedade linguística determinada. Essa escolha pode ser feita regularmente por um indivíduo, por um grupo socialmente definido ou por um órgão com autoridade sobre um grupo específico de indivíduos. Ela pode ser identificada no comportamento linguístico (práticas linguísticas) de indivíduos ou grupos, assim como nas ideologias ou crenças sobre a linguagem que os orientam. Por fim, pode ser explicitada em decisões formais de gestão ou de planejamento linguístico tomadas por uma instância autorizada.<sup>6</sup> (SPOLSKY, 2004, p.2160 ).

Tal entendimento é particularmente relevante para os contextos abordados neste dossiê, nos quais discursos institucionais de valorização da diversidade frequentemente coexistem com práticas que reforçam hierarquias linguísticas, normatividades excludentes e processos de silenciamento.

As reflexões produzidas a partir de contextos indígenas no Brasil, especialmente aquelas formuladas por Baniwa (2012), oferecem referenciais teóricos para a compreensão das políticas linguísticas discutidas neste dossiê. A diversidade linguística não pode ser tratada como elemento decorativo ou folclórico, mas como dimensão constitutiva da cidadania. Conforme assinala o autor,

“não existe uma identidade cultural única brasileira, mas diversas identidades que, embora não formem um conjunto monolítico e exclusivo, coexistem e convivem de forma harmoniosa”, sendo que “o reconhecimento das diferenças individuais e coletivas é condição de cidadania quando as identidades diversas são reconhecidas como direitos civis e políticos” (BANIWA, 2012, p. 49).

Essa formulação desloca o debate sobre diversidade para o campo dos direitos e das políticas públicas, evidenciando que o apagamento linguístico implica, simultaneamente, a negação de sujeitos e de modos específicos de existir e significar o mundo.

---

<sup>6</sup> Tradução livre do original em inglês: Language policy is about choice. It may be the choice of a specific sound, or expression, or of a specific variety of language. It may be the choice regularly made by an individual, or a socially defined group of individuals, or a body with authority over a defined group of individuals. It may be discovered in the linguistic behavior (language practices) of the individual or group. It may also be discovered in the ideology or beliefs about language of the individual or group. Finally, it may be made explicit in the formal language management or planning decisions of an authorized body

O dossiê trata as políticas linguísticas como um campo de disputas no qual se confrontam concepções monolíticas de língua e abordagens que reconhecem a pluralidade como elemento constitutivo das práticas sociais. Essa perspectiva permite compreender que as línguas não circulam em condições neutras, mas se inscrevem em relações de poder, em histórias de colonização, em processos de escolarização e em escolhas institucionais que produzem efeitos concretos na vida dos falantes. É a partir desse enquadramento que se organizam os trabalhos reunidos neste dossiê, os quais fundamentam as reflexões desenvolvidas nesta apresentação.

A discussão sobre políticas linguísticas proposta neste dossiê exige também um deslocamento do olhar para os territórios a partir dos quais o conhecimento é produzido. Esse deslocamento permite compreender os territórios como posições epistemológicas, na medida em que condicionam os modos de ver, dizer e interpretar a linguagem. A diversidade linguística e os saberes orais inscrevem-se, assim, em histórias específicas, atravessadas por relações desiguais de poder, por processos de colonização e por disputas em torno da legitimidade dos conhecimentos, de forma que pensar esses elementos, nesse enquadramento, implica reconhecer que as línguas se constituem nessas histórias e nesses conflitos, produzindo efeitos concretos nas formas de existir e de significar o mundo.

Essa compreensão encontra fundamento nas proposições de Santos (2014), cuja problematização sobre o pensamento abissal, responsável por instituir fronteiras radicais entre saberes considerados válidos e aqueles produzidos como inexistentes, mobilizamos aqui. Para o autor, o pensamento abissal consiste na distinção radical entre o que é considerado conhecimento válido e o que é produzido como inexistente (cf. Santos, 2014). No campo da linguagem, tais linhas abissais manifestam-se na hierarquização entre línguas, na marginalização de práticas orais e na deslegitimação de repertórios linguísticos associados a grupos historicamente subalternizados. Como alternativa a essa lógica excludente, o autor propõe a noção de ecologia de saberes, entendida como condição para a construção de diálogos mais horizontais entre diferentes formas de conhecimento. Segundo o autor, “a ecologia de saberes é a dimensão epistemológica de uma solidariedade de tipo novo entre atores ou grupos sociais” (Santos, 2014, p. 462), o que pressupõe o reconhecimento da incompletude de todo saber e a necessidade de processos de tradução intercultural. Nessa perspectiva,

podemos postular que o conhecimento não se produz a partir de um centro universal, mas nas fronteiras, nos encontros e nas zonas de contato entre experiências diversas do mundo social.

Se, por um lado, nas discussões de Santos (2014), as fronteiras aparecem como condição epistemológica para a produção de conhecimentos não hegemônicos, por outro lado, nas formulações de Anzaldúa (2016) elas se inscrevem como experiência vivida, atravessada por conflitos, deslocamentos e processos contínuos de negociação. As análises da autora sobre as *borderlands* recusam a fronteira como simples linha de separação, pois “um território fronteiriço é um lugar vago e indefinido (...) está num estado constante de transição”<sup>7</sup> (Anzaldúa, 2016, p. 42), o que caracteriza a fronteira como espaço marcado por deslocamentos, conflitos e reinvenções contínuas. A fronteira é, assim, vivida como experiência histórica, corporal e linguística, atravessada por dor, resistência e criatividade. Além disso, na afirmação de que “a fronteira entre Estados Unidos e México é uma ferida aberta”<sup>8</sup> (Anzaldúa, 2016, p. 42), a autora explicita o caráter violento e, ao mesmo tempo, produtivo desses espaços fronteiriços, nos quais sujeitos e línguas se constituem por meio da travessia e da negociação permanente. Essa compreensão possibilita tratar os entre-lugares não como zonas de fragilidade teórica, mas como posições a partir das quais se observam os processos de transformação das línguas, a circulação dos saberes e a constituição de identidades em contextos de contato e desigualdade.

A articulação entre as reflexões de Santos (2014) e Anzaldúa (2016) permite compreender o entre-lugar como posição epistemológica e política a partir da qual se tornam visíveis as tensões entre saberes hegemônicos e não hegemônicos, entre oralidade e escrita, entre línguas legitimadas e línguas silenciadas. É partindo desses territórios fronteiriços, geográficos, sociais e simbólicos que se inscrevem as premissas aqui expostas, reafirmando a importância de pensar as políticas linguísticas a partir das margens, dos cruzamentos e das zonas de contato onde línguas e mundos se encontram e se transformam.

---

<sup>7</sup> Tradução livre do original em espanhol: “un territorio fronterizo es un lugar vago e indefinido (...) está en un estado constante de transición” (Anzaldúa, 2016, p. 42)

<sup>8</sup> Tradução livre do original em espanhol: “la frontera entre Estados Unidos y México es una herida abierta” (Anzaldúa, 2016, p. 42)

Neste contexto, este dossiê dialoga diretamente com as discussões promovidas no I Seminário Internacional de Políticas Linguísticas (I SISDEPOL), realizado em julho de 2025, na Universidade Estadual do Maranhão – Campus Pedreiras. Contudo, o evento não é aqui compreendido como ponto de chegada ou simples marco cronológico, mas como um espaço de articulação a partir do qual se tornaram visíveis questões, tensões e deslocamentos que atravessam o campo das políticas linguísticas na contemporaneidade.

A realização do seminário num campus universitário localizado fora dos grandes centros acadêmicos produziu um deslocamento que não se restringe à dimensão geográfica, na medida em que o evento reuniu pesquisadores, docentes e estudantes de diferentes regiões e tradições de pesquisa e favoreceu a circulação de perspectivas diversas sobre linguagem, educação, diversidade e poder, colocando em diálogo experiências situadas em contextos locais, nacionais e internacionais. Esse movimento reforça a compreensão de que os debates sobre políticas linguísticas se constituem em redes de interlocução que ultrapassam fronteiras institucionais e territoriais.

Nesse sentido, o próprio evento pode ser entendido como um entre-lugar acadêmico, no qual se cruzaram distintas formas de pensar a linguagem e suas implicações sociais. As discussões ali promovidas mostraram que as políticas linguísticas não se produzem apenas nos centros hegemônicos de formulação teórica, mas também em espaços historicamente marginalizados no circuito acadêmico, onde emergem perguntas formuladas a partir de realidades específicas e de experiências concretas com a diversidade linguística.

O dossiê retoma esse movimento, acolhendo tanto trabalhos apresentados no I SISDEPOL quanto contribuições inéditas, o que amplia o alcance dos debates iniciados. Dessa forma, a publicação não se propõe a registrar ou sistematizar o seminário, mas a prolongar criticamente as discussões ali suscitadas, reforçando o caráter aberto e processual do campo das políticas linguísticas. As pesquisas reunidas, desenvolvidas em diferentes instituições e territórios, situam o I SISDEPOL como espaço de encontro, deslocamento e circulação de saberes, cujos efeitos se estendem para além do tempo e do espaço do próprio evento.

As contribuições reunidas se organizam em torno de eixos de reflexão que não se apresentam de forma estanque, mas se entrecruzam ao longo dos textos, produzindo

diálogos, tensões e ressonâncias. Um primeiro eixo diz respeito às políticas linguísticas em contextos institucionais e educacionais, problematizando documentos normativos, práticas avaliativas, propostas curriculares e ações de gestão da diversidade. Nesses trabalhos, tornam-se visíveis as fricções entre discursos oficiais de valorização da pluralidade linguística e práticas que, muitas vezes, reiteram concepções normativas de língua e processos de exclusão simbólica.

Outro conjunto de reflexões volta-se para as línguas em contextos de contato, bilinguismo e multilinguismo, explorando realidades marcadas por histórias de colonização, migração e circulação transnacional. As análises evidenciam que o contato entre línguas não se reduz a um fenômeno técnico ou estrutural, mas envolve disputas identitárias, escolhas políticas e hierarquizações que incidem diretamente sobre os sujeitos e suas práticas de linguagem. Questões como a atribuição de gênero gramatical, a incorporação de empréstimos linguísticos e a convivência entre línguas oficiais e línguas minoritárias são discutidas à luz de contextos sociais e históricos específicos.

A educação constitui um eixo transversal que atravessa grande parte das contribuições, seja na escola básica, seja no ensino superior ou em modalidades educativas diversas. Os textos reunidos problematizam os modos pelos quais as políticas linguísticas se materializam no cotidiano escolar, afetando práticas de ensino, processos avaliativos e a relação dos sujeitos com a língua e com o conhecimento. Os trabalhos valorizam repertórios linguísticos plurais e experiências situadas, tensionam modelos pedagógicos homogeneizantes e apontam para práticas mais dialógicas, sensíveis às trajetórias sociais e culturais dos estudantes.

As manifestações culturais, literárias e os saberes orais também ocupam lugar significativo no dossiê, ampliando a compreensão de linguagem para além dos limites da escrita canônica e das instituições legitimadoras do conhecimento. Lidos em conjunto, estes textos constroem um campo de reflexão marcado por convergências e dissensos, no qual diferentes perspectivas teóricas, metodológicas e empíricas se encontram. Esses atravessamentos reforçam a compreensão das políticas linguísticas como fenômeno complexo e situado, atravessado por relações de poder, disputas simbólicas e processos históricos, e convidam o leitor a percorrer o dossiê como parte de um debate em aberto sobre linguagem, diversidade e produção de conhecimento.



Os estudos reunidos neste dossiê reafirmam que pensar as políticas linguísticas implica ir além da descrição de normas, documentos ou modelos de gestão da diversidade. Trata-se, antes, de reconhecer que a linguagem atravessa modos de existir, de produzir conhecimento e de habitar o mundo, articulando-se a disputas históricas, a processos de exclusão e a formas de resistência que se expressam nas práticas cotidianas de fala, de escrita e de escuta. Nesse sentido, as línguas não constituem apenas objetos de análise, mas dimensões fundamentais da vida social e política.

Ao longo dos textos aqui reunidos, torna-se evidente que a diversidade linguística não pode ser pensada de forma dissociada das condições materiais e simbólicas que a sustentam. As políticas linguísticas aparecem, assim, como campo no qual se entrelaçam educação, território, memória, identidades e relações de poder, exigindo abordagens que reconheçam a pluralidade de saberes e a legitimidade de experiências historicamente marginalizadas. Essa perspectiva convoca a universidade e a produção científica a repensarem seus próprios pressupostos, práticas e responsabilidades diante das realidades que investigam.

Essa reflexão encontra ressonância em abordagens que questionam os fundamentos da racionalidade moderna, entre as quais se destacam as contribuições de Krenak (2019), cujas reflexões problematizam a separação entre conhecimento e vida, tensionando modelos de pensamento que transformam o mundo em objeto de gestão e a diversidade em recurso a ser administrado. Como adverte o autor, a insistência em perspectivas que ignoram os vínculos entre humanidade, natureza e modos de viver contribui para o esgotamento dos mundos que habitamos. Nesse enquadramento, a reflexão sobre linguagem e políticas linguísticas convoca um gesto de escuta e de responsabilidade diante das múltiplas formas de existência que se expressam por meio das línguas.

Para finalizar, o dossiê “Entre línguas e mundos: políticas linguísticas, diversidade e saberes orais no Brasil e além” assume o entre-lugar como posição epistemológica e política e não se propõe a oferecer respostas fechadas, mas a manter em circulação perguntas fundamentais sobre as línguas, os saberes e os mundos que elas constroem. Que as contribuições aqui reunidas possam estimular novas pesquisas, diálogos e práticas comprometidas com a pluralidade, reconhecendo que pensar a



diversidade linguística é, também, pensar as condições de possibilidade de futuros mais justos, nos quais diferentes vozes possam existir, falar e ser ouvidas.

## **Referências**

**SPOLSKY, Bernard.** *Language Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

**BANIWA, Gersem.** *Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos*. Rio de Janeiro: Mórula, 2012.

**SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.).** *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2014.

**ANZALDÚA, Gloria.** *Borderlands / La Frontera: La nueva mestiza*. Madrid: Capitán Swing, 2016.